



As rubricas de fornecedores e fornecedores de investimento assistiram conjuntamente a um aumento, de cerca 1,9 milhões de euros, o que se traduziu num contributo de 7% para a variação positiva do passivo total.

Já no que se refere aos financiamentos obtidos (empréstimos bancários), já explanados, haverá que registar uma diminuição do seu valor em 301 mil euros, o que corresponde a um decréscimo de 0,8% no capital em dívida, decorrente, por um lado, da utilização de capital de empréstimos em curso (no montante de 5,8 milhões de euros) e, em sentido inverso, das amortizações ocorridas em 2024, de empréstimos contratados em anos anteriores, no montante de 6,1 milhões de euros, sendo que, deste valor, 2,9 milhões de euros correspondem a amortizações extraordinárias provocadas pelo aumento do financiamento comunitário de investimentos inseridos nos empréstimos. No entanto, importa clarificar que, em termos do balanço, e como já acontecia no referencial contabilístico anterior (POCAL), embora agora de forma mais evidente, o capital em dívida encontra-se subdividido em duas parcelas: uma no passivo não corrente (a que não é exigível a curto prazo, i.e., vencimento para além de um ano) e outra no passivo corrente (a parte que será exigível no curto prazo, isto é, no decurso do ano 2025). Esta questão será abordada de forma mais aprofundada e detalhada.

O **Património Líquido** do Município totaliza, no final de 2024, 750 milhões de euros, o que traduz um acréscimo de cerca de 30,3 milhões de euros relativamente ao ano anterior. Este crescimento é consequência, essencialmente, de 4 fatores: por um lado, da reclassificação ocorrida ao nível dos subsídios de capital, que por se considerar que os mesmos não serão objeto de reversão, foram transitados para a conta 59.3 “Outras variações no património líquido - Transferências e subsídios de capital” (representativas de uma variação positiva de 3 milhões de euros); por outro lado, do aumento do resultado líquido do período apurado em 2024, supera o resultado de 2023 em 3,3 milhões de euros. Também a variação ocorrida na conta 56 de Resultados Transitados decorre da incorporação dos Resultados Líquidos do Exercício apurados em 2023, no valor de 12,7 milhões de euros, de acordo com o deliberado pelos órgãos colegiais. Por fim, durante o exercício findo de 2024, verificou-se que um ativo (terreno do Antigo Horto Municipal), foi alvo duma operação de loteamento promovida pela Câmara, de acordo com o previsto no artigo 7.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (Decreto-Lei n.º 136/2014), e que, de acordo com o Plano Diretor Municipal de Matosinhos, por se encontrar localizado numa Área Urbana Disponível a Consolidar, causou uma valorização considerável de cerca de 7 milhões de euros, registada na conta de excedentes de revalorização de ativos, conforme consta na alínea e) da nota 5 do ADF.

Demonstração de Resultados

O resultado líquido apurado no exercício ascende a cerca de 16,7 milhões de euros, consequência da dinâmica dos gastos e rendimentos integrantes desta natureza, verificando-se um aumento face ao ano transato na ordem dos 3,3 milhões de euros. Os rendimentos em 2024 cifraram-se em 173,2 milhões de euros para um nível de gastos de 156,6 milhões de euros, tendo-se verificado a um aumento quer dos rendimentos, quer dos gastos, de 10.4% e



9,1% respetivamente, o que se traduziu no aumento do resultado líquido apurado no exercício de 24,6%.

Demonstração de Resultados

(Un: Euros)

Rubricas	2024	2023	Variação	
	Valor	Valor	Valor	%
Impostos, contribuições e taxas	88 490 742,73	82 618 791,54	5 871 951,19	7,1%
Vendas	35 962,90	27 309,97	8 652,93	31,7%
Prestações de serviços e concessões	18 617 584,20	16 592 605,37	2 024 978,83	12,2%
Transferências e subsídios correntes obtidos	50 843 284,75	45 644 053,68	5 199 231,07	11,4%
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	66 116,45	26 851,66	39 264,79	146,2%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 249 613,72	-1 373 168,10	123 554,38	-9,0%
Fornecimentos e serviços externos	-47 247 234,29	-39 339 624,63	-7 907 609,66	20,1%
Gastos com pessoal	-49 076 290,33	-46 262 253,79	-2 814 036,54	6,1%
Transferências e subsídios concedidos	-26 871 534,01	-23 479 548,69	-3 391 985,32	14,4%
Prestações sociais	0,00	-182 831,00	182 831,00	-100,0%
Imparidade de inventários e ativos biológicos perdas/reversões)	-509,22	-4 707,90	4 198,68	-89,2%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-282 519,11	-72 850,37	-209 668,74	287,8%
Provisões (aumentos/reduções)	2 791 814,01	-3 032 961,91	5 824 775,92	-192,0%
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00	10 000,00	-10 000,00	0,0%
Outros rendimentos	11 648 907,30	11 828 801,13	-179 893,83	-1,5%
Outros gastos	-7 743 248,56	-5 872 703,48	-1 870 545,08	31,9%
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	40 023 463,10	37 127 763,48	2 895 699,62	7,8%
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-22 011 356,52	-22 138 771,52	127 415,00	-0,6%
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	18 012 106,58	14 988 991,96	3 023 114,62	20,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	746 146,10	117 755,68	628 390,42	533,6%
Juros e gastos similares suportados	-2 083 009,15	-1 725 888,32	-357 120,83	20,7%
Resultado antes de impostos	16 675 243,53	13 380 859,32	3 294 384,21	24,6%
Resultado líquido do período	16 675 243,53	13 380 859,32	3 294 384,21	24,6%

Podemos verificar, pela análise da Demonstração de Resultados, que se assistiu a um aumento de 13 milhões de euros dos gastos face ao ano anterior. O mesmo sucedeu com os rendimentos, mas numa escala superior: o aumento foi de 16,4 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores, as rubricas que continuam a ter maior peso na estrutura dos gastos são os gastos com o pessoal (31,3%), os fornecimentos e serviços externos (30,2%) e as transferências e subsídios concedidos (17,2%). Só estas 3 rubricas são responsáveis por cerca de 78,7% do total de gastos. Se a estes somarmos as depreciações e amortizações atingiremos os 92,7% do total de gastos em 2024. Trata-se, portanto, de uma estrutura muito semelhante à do ano transato.

Comparativamente com o período de 2023, os fornecimentos e serviços externos assistiram a uma variação positiva de 20%, correspondendo a um aumento de 7,9 milhões de euros, essencialmente fruto do aumento dos custos com a eletricidade [1,1 milhões de euros] decorrente da transferência da titularidade dos contratos de fornecimento de energia das



escolas para o Município, da contratação do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social [1,1 milhões de euros] decorrente da transferência de competências na área da ação social, dos trabalhos especializados como projetos e serviços de informática, entre outros, [821 mil euros], conservação e reparação, que inclui assistência técnica, de equipamentos e edifícios [333 mil euros], prestações de serviços como refeições escolares [716 mil euros] e serviços de recolha e tratamento de resíduos sólidos e urbanos e TGR [316 mil euros], cujo aumento decorre de elevada inflação e do aumento do salário mínimo nacional, outros fornecimentos e serviços externos [2,3 milhões de euros] e publicidade e comunicação [680 mil euros] decorrente sobretudo do aumento de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas realizadas em 2024 pelo Município, sendo grande parte delas financiadas por fundos comunitários e nacionais, como é o caso do PAOITI, do SAAS e do Contrato de Apoio à Programação – Rede de Teatros e Cineteatros Portugueses (2024-2027) - DGArtes, entre outros de menor relevância.

Os gastos com o pessoal tiveram um aumento de 6,1%, o que se traduz em termos absolutos num acréscimo de 2,8 milhões de euros, em linha com o que já havia sucedido no ano transato, em parte devido à atualização dos vencimentos dos funcionários públicos (cerca de 1,8 milhões de euros), outra parte resultante da delegação de competências decorrente do processo de descentralização administrativa (cerca de 200 mil euros), resultante das disposições legais, tais como mudança posicionamento remuneratório e mobilidades intercategorias e intercarreiras (cerca de 560 mil euros), sendo o restante aumento resultado de novas admissões.

As transferências e subsídios concedidos assistiram a um aumento de 3,4 milhões de euros, comparativamente com 2023, verificando-se, em 2024, quer um aumento das transferências e subsídios concedidos em cerca de 2,9 milhões de euros, quer nas transferências para cobertura de prejuízos em cerca de 535 mil euros, que inclui a cobertura de prejuízos da LIPOR face ao resultado negativo do exercício de 2023, razão pela qual este agregado sofreu uma variação positiva de 14,4%.

As depreciações e amortizações do exercício assistiram em 2024 a um decréscimo em cerca de 127 mil euros em relação ao valor que haviam assumido em 2023, o que corresponde a uma diminuição de 0,6%. Ascenderam ao valor de 22 milhões de euros.

Os juros e gastos similares suportados assistiram a um aumento de 357 mil euros, justificado pelo aumento da taxa de juro dos empréstimos de longo prazo contratados pelo Município.

Nos outros gastos verifica-se um aumento de 1,9 milhões de euros, decorrente de correções relativas a períodos anteriores, quer ao nível dos impostos diretos [Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), Imposto municipal sobre imóveis e Impostos abolidos] no valor do 959 mil euros, quer ao nível do PART – Programa de apoio à redução Tarifária, no valor de 1,2 milhões de euros, que, apesar do pagamento ter ocorrido no exercício de 2024, se reporta aos anos de 2022 e 2023.

Na rubrica de impostos, contribuições e taxas verifica-se um aumento, face a 2023, de 5,9 milhões de euros, que representa uma variação positiva de 7,1%, refletido nas 3 componentes deste agregado. Na componente de maior expressão, designada por impostos diretos, assistiu-se a um acréscimo de 2,3 milhões de euros, justificado pelo aumento da derrama (830 mil euros),



imposto municipal sobre imóveis (1,4 milhões de euros) e imposto único de circulação (62 mil euros). Já nas taxas, multas e outras penalidades, verifica-se um aumento, em 2024 face a 2023, em cerca de 3,5 milhões de euros, enquanto no imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis, inserido nos impostos indiretos, o valor de 2024 manteve-se praticamente igual ao de 2023 (aumento de 19 mil euros), totalizando 30,5 milhões de euros.

As Prestações de serviços e concessões assistiram a um aumento de 2 milhões de euros, justificado sobretudo pelo acréscimo da tarifa de resíduos sólidos urbanos (um milhão de euros), concessões (591 mil euros), estudos, pareceres, projetos e consultadoria (162 mil euros) e arrendamento (160 mil euros).

Nas transferências e subsídios obtidos, salienta-se o aumento de 11,4%, a que corresponde uma variação positiva de 5,2 milhões de euros, justificado pelo incremento das transferências do Orçamento de Estado, onde, apesar da variação negativa, entre 2023 e 2024, na ordem dos 872 mil euros, do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), são de destacar os aumentos registados ao nível da compensação prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 73/2013 (2,2 milhões de euros), da participação no IRS (1,5 milhões de euros), participação do IVA (691 mil euros), do Fundo Social Municipal (589 mil euros) e das transferências de competências no âmbito da educação e ação social (597 mil euros).

A rubrica de outros rendimentos e ganhos totaliza 11,6 milhões de euros, tendo registado uma redução de cerca de 1,5% face a 2023, o que representa um montante na ordem dos 180 mil euros, e que resulta do registo das correções relativas a períodos anteriores ao nível dos impostos diretos.

Indicadores Económico-Financeiros

Os indicadores económico-financeiros estabelecem relações entre contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados) e são geralmente utilizados como sinais da evolução da situação financeira de uma entidade e como determinantes na apreciação da sua performance, servindo para quantificar factos, detetar anomalias e fazer comparações no tempo.

No entanto, no caso das autarquias, há que ter em atenção que o ativo engloba uma série de bens que não poderão servir de garantia de endividamento perante terceiros por não serem hipotecáveis ou alienáveis, nomeadamente os bens de domínio público (que representam cerca de 18% do ativo total do Município) e, eventualmente, bens privados necessários à prestação de utilidades públicas.

Apesar destas limitações, estes indicadores, apresentados no quadro seguinte, permitem-nos ter uma perspetiva da tendência evolutiva dos diversos componentes patrimoniais.